



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 03/2020

Data da Sessão Ordinária

26 de Junho de 2020

Início

20:30 horas

Termo

23:42 horas

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta minutos, no Auditório do Centro Ciência Viva de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cinquenta e nove, de dezasseis de junho de dois mil e vinte.-----

Nesta sessão estiveram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo.-----

Faltou a esta sessão o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, apresentado justificação.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Louro Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e Sónia Cristina Marques Varino.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Jorge Cardoso, no apoio logístico à Assembleia Municipal, Todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

Em seguida, iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida no período de quinze de maio de dois mil e vinte e seis de junho de dois mil e vinte.-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para análise, discussão e aprovação a Ata número um de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma observação relativamente à Ata.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU) para referir que algumas questões não respondidas na Sessão referenciada tinham ficado de ser enviadas, e, até à presente data não tinha recebido essa informação. Questionou se tinham ou não sido enviadas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou desconhecer qualquer correspondência em falta, sendo essa responsabilidade de quem tinha prometido enviar. Salvo algum equívoco, do seu conhecimento, todas as questões apresentadas que tinham ficado sem resposta, até ao dia de hoje, tinham sido todas enviadas. No entanto, iria verificar o que se tinha passado.-----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) para referir que em algumas intervenções suas naquela Ata, o texto estava tão confuso que nem ela o entendia muito bem, dando para o efeito alguns exemplos. Se o Senhor Presidente da Assembleia o permitisse ela própria no respeitante às suas intervenções, poderia elaborar o texto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa concordaram receber a correção e introduzi-la na Ata.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para questionar a razão de duas intervenções da Bancada da CDU-Coligação democrática Unitária estarem em letra "Bold", uma delas era uma citação feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, referente ao ex-Presidente António Mendes. Se era para dar relevo, haveria muitas mais coisas importantes a merecerem destaque.-----

A Mesa concordou, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam corrigir as observações apresentadas.-----

Com as correções efetuadas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata número um de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se tinham alguma questão a apresentar neste período antes da ordem do dia. Pediu a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, para referir que era frequente ser abordada pela Comunidade Escolar de Montalvo, sobre a questão dos deficientes acessos ao Centro Escolar ao nível da segurança rodoviária. Um passeio para



peões seria o mais adequado, porque existiam algumas crianças que iam a pé para a escola.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU) para apresentar uma Recomendação no âmbito do COVID-19. Após a leitura da mesma, foi colocada a votação e aprovada por maioria, com duas abstenções; uma do Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU) e uma da Senhora Deputada Municipal Carmem, Dolores Gomes da Silva (MIC), com algumas ressalvas apontadas pela Bancada do Partido Socialista e aceites pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, passando a constituir parte integrante desta Ata como Anexo I.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para referir a sua satisfação pessoal por poderem reunir em assembleia presencialmente. Em sua opinião, já teria sido possível a utilização deste espaço na Assembleia Municipal anterior. O Auditório do Centro Ciência Viva era um espaço com todas as condições para manter o distanciamento físico, respeitando as regras da DGS (Direção Geral de Saúde) e permitir a presença do público e da comunicação social. Referiu que o Centro Ciência Viva era um bom exemplo de aproveitamento dos financiamentos públicos e dos programas colocados à disposição das autarquias. O Centro Ciência Viva, o Camões em Constância e o Parque Ambiental em Santa Margarida, tinham sido equipamentos fundamentais para o reconhecimento do município no exterior, faltava nesse conjunto o Museu Quintas do Tejo na Quinta D. Maria em Montalvo para completar o circuito.-----

Em relação à questão apresentada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, era bom lembrar, as repetidas vezes que os eleitos da CDU tinham manifestado a sua insatisfação, mesmo antes de ser inaugurado o Centro Escolar de Montalvo, sobre aqueles acessos inexistentes. Ter um Centro Escolar sem acessos pedonais, com funcionários da Câmara e elementos da população a acompanharem os meninos a pé ao Centro Escolar, era um facto inédito no País.-----

Outro assunto que apresentou, foi o facto de na Freguesia de Montalvo haver um investimento a ser colocado em causa “Urbanização J. Reis” junto ao Centro Escolar, com desvios dos investidores para outros concelhos pelas dificuldades encontradas para construir naquele espaço. Gostaria de saber qual o ponto de situação, e se de facto não era possível ultrapassar aquele diferendo, para que os investimentos não saíssem do concelho.-----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, referindo que os contributos apresentados nesta assembleia tinham como objetivo único, auxiliar o executivo na tomada de decisões e eventualmente esclarecer situações dúbias. Teve

conhecimento que o executivo tinha aprovado uma proposta tendo em vista o melhoramento das ruas Moinho de Vento e Avenida das Forças Armadas, pelo que solicitava ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento de que melhoramentos se tratavam.-----

A situação que atualmente se vivia de pandemia e, com a previsão de um estado de alerta previsto para o início do mês de julho, que obrigaria a diversas restrições nomeadamente idas às praias, e, estando nós numa zona ribeirinha, era provável que viéssemos a ter uma maior afluência de pessoal das redondezas à nossa freguesia e ao nosso concelho. Com as obras a decorrer neste momento na zona ribeirinha, impedindo o estacionamento naquele espaço, solicitava que fosse feito um estudo de forma a poder permitir a circulação automóvel e a beneficiar do resto do espaço da zona ribeirinha que neste momento não estava a ser ocupada.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, referindo que no início da rua da Relvinha, aquela descida não tinha sido contemplada no plano inicial das acessibilidades do Centro Escolar. O município registava a questão e iria verificar o que era possível fazer para colmatar aquela situação.-----

Relativamente à Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), na última reunião de Câmara já tinha referido que iriam apresentar uma proposta de apoio aos comerciantes que estavam em espaços arrendados pelo município e às associações do concelho. Disse ainda, que até à presente data, apenas duas associações do concelho tinham manifestado dificuldades à Câmara Municipal e que as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) continuavam a ter o apoio quando necessário.---Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sobre o loteamento de Montalvo, informou que o Alvará de loteamento para aquele espaço tinha caducado, ou seja, o alvará tinha um prazo inicial, que tinha sido prorrogado excecionalmente por uma Lei saída do Orçamento de Estado, devido à crise económica e financeira no tempo da troika. Essa Lei tinha permitido essa prorrogação excecional. Feita essa prorrogação, não tinham sido efetuadas obras de urbanização naquele espaço e o alvará de loteamento tinha caducado. O promotor tinha sido notificado para efeitos de audiência prévia e feito chegar a sua justificação. Os serviços técnicos com base naquilo que era a interpretação do regime Jurídico de Urbanizações e Edificações entenderam que não havia enquadramento para aceitar as questões que

tinham sido apresentadas. Neste momento o que existia não era um loteamento, era uma parcela de terreno na totalidade. Quanto aos investimentos se deslocarem para outros concelhos, disse só ter tido conhecimento da venda de quatro lotes desse loteamento, pela própria pessoa que os tinha adquirido quando esta se tinha deslocado à Câmara Municipal e explicado a situação, em novembro de dois mil e dezanove. A Câmara Municipal quando desencadeou o processo de caducidade do loteamento, não tinha conhecimento que quatro lotes já tinham sido vendidos a essa pessoa. Quando a Câmara Municipal enviou o ofício a manifestar a intenção de declarar a caducidade do alvará de loteamento, conforme tinham acautelado a parcela do Centro Escolar de Montalvo, se tivessem tido conhecimento da venda dos quatro lotes, provavelmente teria sido possível também, acautelar esta situação e a caducidade do alvará não produzir efeitos sobre esses quatro lotes. Os serviços tinham analisado a situação apresentada pela Senhora e nesta fase já não havia muito a fazer, no entanto, iriam estudar a possibilidade da Senhora apresentar um projeto de loteamento para aqueles quatro lotes e assim viabilizar a construção.-----

Relativamente à questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância tinha colocado sobre as ruas do Moinho de Vento e da Avenida das Forças Armadas, tinha ido a reunião de Câmara os dois projetos e já tinham sido submetidos a fundos comunitários. Eram intervenções pontuais no plano da mobilidade, visando nas duas artérias da Vila, retirar alguns obstáculos existentes para as pessoas com mobilidade reduzida, criando outras condições de segurança, particularmente junto à escola. Aguardavam o deferimento das candidaturas para avançar com as obras no próximo ano. Quanto ao estacionamento na zona ribeirinha, já tinham falado sobre esta questão com o empreiteiro e, nesta fase da obra, disse não ser possível prescindir daquele espaço, numa fase futura talvez, quando a obra fosse mais direcionada para o lado do Parque de Merendas.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que não conhecia as questões técnicas e jurídicas sobre o assunto mas, era muito mau para a freguesia ter um Centro Escolar de qualidade e não ter acessos em condições. Fazendo uma circular da Estrada Nacional até ao Centro Escolar e sair na Rua das Hortas seria uma ideia e custaria dinheiro mas, valorizaria todo aquele espaço. Relativamente ao preconizado à Senhora que tinha adquirido os quatro lotes em fazer um loteamento para aquele espaço, teria de pagar as taxas e ainda fazer a cedência de alguns espaços ao município. Presentemente não estava a ver como é que o casal ficaria, com umas centenas de milhares de euros investidos, tão importantes para a freguesia. Pelo que se apercebia, ou se resolvia atempadamente aquela situação ou os investimentos iriam para outros

concelhos. As responsabilidades poderiam no seu entender, serem repartidas mas, quem ficaria a perder era a freguesia e o concelho.-----

Não havendo mais questões neste período da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público - Para Participação e esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, todos os interessados poderão enviar a sua exposição por correio eletrónico para: assembleiamunicipal@cm-constancia.pt até às **15.00 horas do dia 23 de Junho de 2020**.-----

2. Proposta de prestação de contas relativa ao exercício de 2019 – Para deliberação;-----

3. Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2019 – Para deliberação;-----

4. Relatório de execução do contrato programa e prestação de contas de 2019 da Associação Casa Memória de Camões – Para conhecimento;-----

5. Relatório de execução do contrato programa e prestação de contas de 2019 da Associação Centro de Ciência Viva de Constância – Para conhecimento;-----

6. Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Para deliberação;-----

7. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----

8. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital com a ordem de trabalhos a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não tinha recebido qualquer correspondência para o e-mail indicado no Edital, pelo que não haveria intervenção do público.-----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2019 – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que a taxa de execução da receita se tinha cifrado nos noventa e um por cento, a taxa de execução da despesa nos oitenta e cinco por cento e o saldo de gerência em cerca de



quatrocentos mil euros. Verificando-se um equilíbrio efetivo das contas do município, com uma redução significativa da dívida municipal. Disse ainda que, atendendo à dimensão do município, era sempre uma incógnita de ano para ano, ter uma noção do resultado final (positivo ou negativo), no entanto, o ano de dois mil e dezanove em sua opinião, tinha sido um bom ano para o concelho por aquilo que se tinha desenvolvido, como demonstravam as taxas de execução, quer da receita, quer da despesa.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referindo que na nota prévia daquele documento, estava referido que o endividamento municipal tinha reduzido em cerca de quinhentos mil euros. Como é que tinham chegado a este valor, partindo do pressuposto que se tratava de amortizações de empréstimos obtidos e não só. Em amortizações, no ano de dois mil e dezanove, o montante em causa tinha sido de trezentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos. Da sua interpretação, o documento apresentava valores de dívida a fornecedores e a outros devedores e credores que somados reduziam os referidos valores. Tinha curiosidade em perceber se este valor era um feito algo fora do normal comparativamente com os anos anteriores porque, da maneira como tinha sido apresentado na comunicação social, era um grande feito que os anteriores executivos nunca tinham conseguido fazer. Ora, isso não correspondia à verdade, dando exemplos de anos anteriores. Era verdade que tanto este executivo como o anterior, tinham vindo a cumprir e honrar os compromissos e o valor total da dívida estava cada vez menor. Também era verdade que as amortizações a fazer, eram cada vez menores mas, a imagem para o exterior era exagerada aos seus olhos, deixando um desafio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que passasse para a comunicação social a seguinte notícia: *“Reduzimos a nossa dívida relativamente aos empréstimos obtidos no valor de trezentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos, o valor mais baixo dos últimos oito anos”*, isto sim era verdade. Lamentava a forma como as coisas eram passadas para a comunicação social e para as redes sociais, eram no mínimo pouco sérias, talvez demagógicas, pelo que achava não ser uma forma correta de fazer política. As pessoas mais atentas percebiam isso.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) para referir que só tinha intenção de intervir na análise do documento da prestação de contas mas, depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), não tinha conseguido resistir, porque contra números e factos não havia qualquer tipo de demagogias, nem coisas erradas. Eram números, factos e resultados. As contas estavam certas e a dívida tinha reduzido em cerca de

quinhentos mil euros, era uma realidade. O Senhor Deputado Municipal tinha falado só nos empréstimos, mas existiam outros dados importantes a ter em conta. Tinha sido no ano de dois mil e dezanove que os empréstimos tinham sido mais reduzidos, porque alguns contraídos há vinte anos, finalmente tinham terminado. Um facto que considerou importante tinha sido o atual executivo não ter contraído nenhum empréstimo no ano de dois mil e dezanove. Não tinha gostado de ouvir as críticas que ouviu, pelo facto dos resultados terem sido positivos. Deu os parabéns aos serviços técnicos porque o documento estava muito conciso e muito objetivo, e traduzia de forma muito clara os resultados sem necessidade de consultarem os quadros.-----O executivo tinha traçado uma estratégia e estava a segui-la. As prioridades escolhidas deveriam ser respeitadas, e a prova de que as decisões tomadas tinham sido bem conduzidas, eram as taxas de execução, prova de que tinha havido uma adequada previsão orçamental. Com um grau de execução da receita de noventa e um, setenta e oito por cento (91,78%), e um grau de execução da despesa de oitenta e cinco, vinte e nove por cento (85,29%), traduzia que a intenção do executivo tinha sido concretizada. Tinha havido uma adequada previsão que se tinham traduzido em contas certas. Também realçou o saldo significativo que transitava, no valor de quatrocentos e noventa e quatro mil quinhentos e onze euros e oitenta e quatro cêntimos (494.511,84€). Referiu que existia um valor bastante significativo de duzentos e oitenta e nove mil e vinte e sete euros e noventa e seis cêntimos (289.027,96€) de pedidos de pagamentos de fundos comunitários que ainda se encontravam para validação e pagamento. Os pedidos de pagamento tinham sido efetuados mas, a trinta e um de dezembro ainda não tinham sido pagos, se este montante bastante significativo tivesse entrado ainda no ano de dois mil e dezanove, estaríamos com valores de receita de capital mais elevados e também com um saldo a transitar para a gerência seguinte igualmente mais elevado. A Bancada da CDU tinha por diversas vezes levantado a questão do aumento das despesas de capital. O documento era bastante explícito na fundamentação das razões deste aumento que se devia principalmente a dois aspetos: ao descongelamento das carreiras e também a recrutamento de trabalhadores em dois mil e dezoito, cujo impacto ao nível de despesa tinha ocorrido em dois mil e dezanove. Realçou a redução na aquisição de bens e serviços em cerca de dez, vinte e cinco por cento (10,25%), assim como uma redução de despesa com trabalho especializado no montante de cento e dois mil euros.----- Terminou dando os parabéns ao executivo pelo resultado líquido positivo alcançado, lembrando que não era todos os anos que se conseguiam resultados tão elevados.----- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), realçando a

clareza do documento da Conta de Gerência, que de forma fácil transmitia a realidade da gestão. Referiu preferir receber os documentos em suporte de papel em vez de formato digital, por uma questão de melhor análise na leitura em simultâneo de diversos itens.----- Disse não ter recebido o segundo caderno das contas de gerência onde estavam os abatimentos e as desvalorizações, vinham aprovar contas sem terem documentos essenciais para a análise. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (CDU), disse não estar em desacordo, no entanto pretendia fazer alguns reparos. Não via nada referente ao Gabinete de Saúde Oral e à questão do médico dentista tão publicitada, e estavam previstos quarenta mil euros. Nas despesas com pessoal, tinha-se passado no ano de dois mil e dezassete, de um milhão, novecentos e quarenta e oito mil euros, para dois milhões seiscentos e vinte e seis mil euros, em dois mil e dezanove. Uma diferença de seiscentos e setenta e oito mil euros, um aumento de trinta e cinco por cento em apenas dois anos. Não tinham sido certamente só, as reclassificações e aumentos de salários. Também gostaria de saber qual o valor da faturação do Parque de Campismo, uma vez que no contrato existente, para além da renda de seiscentos e sete euros mensais, a Câmara Municipal tinha uma percentagem sobre as vendas, pelo que gostaria de saber o valor da faturação, para perceber se era ou não rentável para o promotor. Do Orçamento Geral do Estado, em transferências de capital, o município tinha recebido mais de duzentos e quarenta mil euros, no documento, verificava que a despesa de capital tinha diminuído. Tinha um aumento da receita mas depois, tinha uma diminuição da despesa de capital. As despesas com pessoal, tinham tido um aumento como nunca tinha acontecido, com menos um milhão na receita de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove, tinham gasto mais trezentos e trinta e seis mil euros em despesas com pessoal. Só em horas extraordinárias tinham gasto mais de trinta e nove mil euros, mais oito mil euros que no ano anterior. Quanto às Grandes Opções do Plano, como já tinha sido referido, tinham tido uma boa realização, cerca de noventa e um por cento (91%), mas em atividades, e apenas cinquenta e seis por cento (56,9%) em projetos de investimento. No Campo de Futebol, no desporto, tinham gasto oitocentos e oitenta e um mil euros e nem o sistema de rega estava a funcionar, mas tinha-se desperdiçado cerca de quinze mil euros de fundos perdidos para se fazerem os balneários que não tinham sido feitos. Também tinha ficado a saber através do documento que afinal não se tinham reduzido os custos nas Festas da Boa Viagem. Constava no documento, cento e quarenta e dois mil euros gastos e mais nove mil e seiscentos no Grande Prémio da Páscoa, valores idênticos aos anos anteriores. A Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) tinha referido o saldo positivo, até poderiam ter um milhão de saldo positivo,



bastava fazerem ainda menos do que tinham feito. Gostava de saber, porque numa sessão anterior tinha sido referido, se mesmo alterando a condição jurídica da Resitejo, as suas contas continuavam a contar para o endividamento da Câmara Municipal. Do abatimento de juros e capital, constavam trezentos e cinquenta e sete mil euros, pagos aos bancos de empréstimo anteriores. Gostava de saber onde tinham gasto os outros cento e quarenta e tal mil euros, em dívidas pagas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, dizendo que os números eram claros. A dívida municipal tinha descido aproximadamente quinhentos mil euros, em dois mil e dezanove, isso era um facto. Não precisava ter formação na área da contabilidade, nem em gestão de empresas, para ver que o valor da dívida tinha baixado aproximadamente quinhentos mil euros, o que estranhava era a mudança de discurso da CDU. Em dois mil e dezassete, na declaração de voto que a CDU tinha feito pela prestação de contas, realçavam a redução da dívida no valor total de quatrocentos e sessenta e dois mil euros. Agora, este executivo deveria ter feito mais, quando reduziu a dívida mais do que no ano de dois mil e dezassete.-----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), não tendo apresentado nenhuma questão, apenas agradeceu as suas palavras na análise que tinha feito do documento.-----

Quanto às questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha colocado, começou por referir que em relação ao médico dentista não havia nenhuma alteração, simplesmente o município e a maioria dos municípios do Médio Tejo, ainda não tinham a candidatura aprovada pela CCCR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), tinha sido possível na renegociação do pacto e teria um financiamento a oitenta e cinco por cento (85%). Relativamente às despesas de pessoal, exemplificou com o seguinte exercício; a trinta de Outubro de dois mil e dezassete, quando tinham tomado posse, o município tinha cento e dois (102) trabalhadores, dezanove (19) CEI (Contratos de Emprego - Inserção) e dezasseis (16) Avenças, num total de cento e quarenta (140) trabalhadores. A um de março de dois mil e vinte, o município tinha cento e vinte e sete (127) trabalhadores, dois (2) CEI e oito (8) Avenças, num total de cento e quarenta e um (141) trabalhadores. Com três aposentações previstas para este ano, o município ficaria com cento e trinta e oito (138) trabalhadores, menos dois que em dois mil e dezassete. Não entendia a razão da questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel



Ferreira (CDU) vinda de um partido político que defendia em frases feitas o slogan “Se fazes falta todos os dias porque é que o teu contrato é precário”, portanto, quando a câmara Municipal encaixava no seu quadro de pessoal trabalhadores que eram precários através do Centro de emprego e reduzia as avenças para metade, a CDU mostrava-se contra, era estranho. Relativamente ao Parque de Campismo, disse não ter de momento os dados solicitados e os enviaria posteriormente. Quanto às transferências de capital do Orçamento Geral do Estado, começou por felicitar os trabalhadores da autarquia de uma forma geral, e de uma forma especial a Divisão Administrativa e Financeira. Era a primeira vez que o relatório do revisor oficial de contas vinha sem reservas. Quanto à questão da aquisição de Bens de Capital, os dados tinham que ser analisados em concreto. Existiam dois anos, dois mil e dezassete e parte de dois mil e dezoito, que não se poderiam comparar, pelo impacto significativo da obra do Centro Escolar de Montalvo. Se fizessem o exercício de retirar o impacto significativo naquilo que tinha sido o investimento ao longo dos anos do Centro Escolar de Montalvo, verificavam que em dois mil e dezanove e desde dois mil e catorze, nunca tinha havido tanto investimento público no nosso concelho. Relativamente às taxas de execução, lembrou que em dois mil e dezassete, a receita teve uma taxa de execução de oitenta e seis por cento, e em dois mil e dezanove de noventa e um por cento. Na despesa, em dois mil e dezassete tinha sido de oitenta e dois por cento, e em dois mil e dezanove oitenta e cinco por cento. Quanto ao Campo de Futebol e à rega, faltava apenas terminar uma parte elétrica para estar a funcionar e, estavam a desenvolver o projeto de execução para os balneários. Sobre os custos das festas do concelho, os valores eram aqueles. O Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) falava muito na questão da poupança, no que a despesa corrente tinha contribuído para a despesa de capital, mas havia uma coisa que não conseguia perceber, era que com tanta poupança no mandato anterior, por que razão um conjunto de equipamentos municipais tinham chegado ao ponto em que chegaram. Porque é que essa poupança não tinha sido investida na requalificação dos equipamentos municipais, naqueles que estavam em pior estado. Relativamente à questão da Resitejo, a dívida continuava a contar para o endividamento da Câmara Municipal. Quanto à questão dos empréstimos anteriores, referiu que ninguém estava contra a liquidação dos mesmos e, se tinham sido contraídos, foi por ter sido necessário. Hoje mesmo tinha sido entregue a garantia bancária da Requalificação da Estrada Militar dentro do perímetro urbano, era uma obra de cento e sete mil euros e não iam à banca buscar esse dinheiro, era pago com as receitas próprias da Câmara. Era necessário planear os investimentos, não era pegar nas obras e fazê-las todas ao mesmo tempo, indo pedir dinheiro à banca e, quem viesse atrás que as pagasse, na sua perspetiva

isso não era gerir bem, gerir bem era fazer um esforço para, mesmo em projetos financiados, na parte não comparticipada, o Município ter capacidade financeira sem recorrer à banca. Obviamente que não se estava a referir a grandes obras, dando como exemplo as obras para a praia fluvial no Rio Zêzere, se for possível avançar, teriam de recorrer à banca, pois tratar-se-ia de um investimento estimado em setecentos mil euros. Deixou claro que não se podia deixar passar a ideia que tudo o que era despesa de capital era investimento e ia-se ao banco.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) para clarificar que não era contra os empréstimos. Tinha ficado com a ideia que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) não tinha interpretado bem a sua intervenção. Queria apenas lembrar, que nestes empréstimos agora pagos e outros, tinha votado favoravelmente por fazer parte das assembleias municipais na altura e, tinha entendido que eram obras essenciais para o concelho. -----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) referindo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha respondido onde é que tinham gasto e, quais as dívidas que tinham pago para além dos trezentos e cinquenta mil euros até aos quinhentos mil euros. Também gostava de saber a razão do aumento dos tarifários da água e da forma como tinha sido feito, castigando os pequenos consumidores, instituições, associações e misericórdia. Todos sabiam que a água tinha que aumentar e ninguém estava em desacordo, discordava sim do modelo. Também criticou as obras na Estrada Militar, referindo que se tratava de uma “obrazinha” apenas onde existiam casas. Se tivessem visão de futuro, faziam passeios desde a estrada nacional até ao campo militar, com todas as infraestruturas necessárias, como águas e esgotos. Para terminar, sobre as dívidas, lembrou que o concelho de Constância andava a pagar as dívidas de outros concelhos através do Fundo de Apoio Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) sobre o tarifário da água, dizendo que este continuava a insistir na ideia do desequilíbrio dos tarifários sem apresentar uma ideia mais equilibrada e mais justa que cumprisse os rácios das recomendações da ERSAR (Entidade Reguladora). O tarifário que tinha sido submetido à ERSAR, era muito idêntico ao enviado no mandato anterior, que nunca tinha sido posto a vigorar por falta de coragem. Quanto à Estrada Militar, disse perceber o incómodo do Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) porque tinham andado durante trinta e dois anos a dizer às pessoas

de Malpique que não conseguiam fazer ali nada por se tratar de uma estrada militar. Fazer uma avenida da estrada nacional até à porta de armas, era desconhecer o assunto, e conhecer muito pouco sobre a gestão autárquica no presente. Tratava-se de uma estrada militar que tinha implicações no dia a dia das pessoas que ali viviam e a autarquia tinha a obrigação junta das entidades militares solucionar o problema. Foi o que tinha acontecido. Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC) para questionar que no documento, relacionado com a medicina e segurança no trabalho, tinham sido registados sete acidentes de trabalho e cento e setenta e quatro dias de ausências. Em relação aos EPIS (Equipamentos de proteção individual), tinham sido gastos quatro mil cento e setenta euros e quinze cêntimos. O que pretendia saber era se estes acidentes estariam relacionados com a falta desses EPIS ou, se tiveram a ver com as circunstâncias do destino. Também queria ser esclarecida que tipos de EPIS tinham sido adquiridos.-----

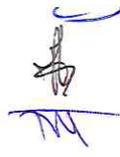
O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (CDU) dizendo que relativamente aos acidentes de trabalho, não tinham sido por falta de equipamentos, mas sim, por outras circunstâncias. Relativamente aos Equipamentos de Proteção individual, não tinha presente a lista de equipamentos, faria chegar essa lista posteriormente.-----

Não havendo mais questões o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com seis abstenções: Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU); Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU); Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU); Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU); Senhora Deputada Municipal Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU) e a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC).-----

A bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou uma declaração de voto, que se junta a esta Ata e dela faz parte integrante como **Anexo II**.-----

PONTO 3 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2019 – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o resultado do exercício tinha sido positivo no montante de cento e treze mil novecentos e sessenta e seis euros e noventa e três cêntimos, e a proposta que faziam, era a sua aplicação nos resultados transitados.- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) referindo que a sua Bancada iria votar favoravelmente, no entanto, queria lembrar que o parecer da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira dizia o seguinte: *“Atendendo a que o resultado*



transitado apresenta um valor negativo, propõe-se que o resultado líquido do exercício apurado em 2019 seja aplicado na conta 59, resultados transitados, não se prevendo a repartição desta conta por reforço do património a constituição/reforço das verbas pelo facto de a conta apresentar resultados negativos". Questionando de que erro se tratava?--

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira para esclarecer esta situação. A Chefe de Divisão referiu que não se tratava de qualquer erro, porque os resultados transitados mantinham um valor negativo, porque absorviam o valor líquido do resultado do exercício, o que era negativo eram os resultados.-----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para esclarecer que o resultado líquido do exercício de dois mil e dezanove era positivo, o conjunto dos resultados de todos os exercícios é que continuava a ser negativo.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 4 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019 DA ASSOCIAÇÃO CASA MEMÓRIA DE CAMÕES – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que sendo a Assembleia Municipal quem aprovava os contratos programa com a Casa Memória de Camões e com o Centro de Ciência Viva tinha toda a lógica os relatórios de execução e as contas dessas entidades virem à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

Não havendo intervenções e como este ponto era para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO 5 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019 DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se tratava de situação idêntica ao ponto anterior.-----

Não havendo intervenções e como este ponto era para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte.-----

PONTO 6 - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que



tinham iniciado este processo de Projeto de Regulamento, porque existiam um conjunto de aspetos no Regulamento Municipal de Urbanizações e Edificações que era necessário alterar. Pareciam coisas muito simples e muito básicas, mas eram coisas que mexiam com a vida das pessoas e dificultavam fazer um conjunto de intervenções que absorviam os serviços camarários num conjunto de questões menores. As principais alterações neste novo Projeto de Regulamento eram coisas muito básicas mas ao mesmo tempo relevantes; a simplificação de um conjunto de procedimentos, como fazer um telheiro até vinte metros quadrados (antes eram dez metros) sem necessidade de projeto de licenciamento na Câmara Municipal, a colocação de chapas de vedação nos muros das moradias, que antes também careciam de licenciamento, agora era só fazer a comunicação à Câmara Municipal. Outra alteração relevante para o dia-a-dia das pessoas, particularmente nas Freguesias de Santa Margarida e Montalvo, uma vez que na Freguesia de Constância não era bem assim, era a possibilidade de utilização da chapa sandwich nas habitações, desde que fosse a imitar a telha lusa. Outra parte não menos importante, tinha a ver com as pessoas que entregavam todo o processo na Câmara Municipal para fazer uma obra, depois de concluída entregavam as telas finais, o livro de obra, etc. e pagavam as licenças. Uma pessoa que fizesse uma obra ilegal, sem passar por este processo de licenciamento, quando vinha à Câmara Municipal para legalizar a obra, pagava o mesmo de taxas que aquele que tinha feito o processo dentro da legalidade. Com este Projeto de Regulamento, para legalizarem obras que não tenham sido licenciadas, iriam pagar o dobro das taxas. O Projeto de Regulamento tinha estado em discussão pública, tinham recebido apenas um contributo de um munícipe, aceite para clarificação, respeitante a obras de escassa relevância urbanística.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) referindo que de uma forma geral as alterações vinham no bom sentido, e tinha duas questões para apresentar; uma sobre a colocação de postes da PT (Portugal Telecom), onde existiam infraestruturas subterrâneas. Em sua opinião não deveria ser permitido, o município tinha gasto dinheiro em infraestruturas para acabar com este tipo de poluição aérea e os postes de madeira continuavam a proliferar. A outra questão, que em seu entender deveria ser regulamentada, era a colocação de estátuas. Deu como exemplo a Freguesia de Montalvo, onde existia um Senhor que gostava de fazer este tipo de objetos e os espalhava pela Freguesia. Era necessário regulamentar para haver algum critério. Desconhecia se a Câmara Municipal tinha deliberado, se tinha havido algum estudo prévio, e como é que se enquadrava este assunto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) dizendo que compreendia as questões apresentadas e delas tinha tomado boa nota. Informou que tinham tido uma reunião com a PT para retirarem os postes e passarem pelas infraestruturas subterrâneas. Os postes tinham sido colocados sem conhecimento da Câmara Municipal.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira (PS), referindo que em sua opinião o Regulamento estava bem organizado e muito idêntico a outros de municípios nossos vizinhos. Deu alguns exemplos contemplados neste novo Regulamento que o tornavam mais prático e mais rápido.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 7 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU) para questionar se esta fase de pandemia em que vivíamos, tinha alterado o perfil dos utentes do programa ABEM (apoio aos medicamentos) e qual o ponto de situação. Assim como, se na Loja Social tinha acontecido algum aumento na procura de bens.-----

Na avaliação do grau de satisfação dos encarregados de educação, relativo às atividades de animação e apoio familiar, no ano letivo de dois mil e dezanove-dois mil e vinte, queria saber qual tinha sido o método de avaliação utilizado e, se era possível partilhar os resultados obtidos. No documento vinha mencionada uma reunião na CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), sobre o Projeto Maria (violência doméstica), questionando se este projeto já tinha tido início no nosso concelho, e quais as atividades desenvolvidas ou planeadas. O documento fazia ainda referência a uma desinfeção dos edifícios ERPI (estruturas residenciais para pessoas idosas) do concelho, questionando se tinha sido uma medida preventiva ou na sequência de uma possível infeção e, qual a finalidade da visita da equipa de Protecção Civil a estas instituições.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que em relação ao programa ABEM, estavam a ser apoiadas vinte e uma pessoas e, no âmbito do protocolo de emergência, tinham tido uma inscrição, pelo que, não tinha havido grande

oscilação. Relativamente à loja social, tinha havido mais uma ou duas inscrições o que também não era nada significativo. Quanto ao Inquérito, informou que era um inquérito elaborado pela Associação Os quatro Cantos do Cisne, que de momento não possuía, mas poderia partilhar. Relativamente à desinfeção dos equipamentos, tinha sido apenas como medida preventiva. Felizmente não existia nenhum caso de COVID-19 até à data nos equipamentos sociais. Quanto à visita que tinha sido efetuada pela equipa da Proteção Civil, tinha sido uma equipa multidisciplinar, criada diretamente pela Segurança Social e composta por: um elemento da Segurança Social, um elemento da Saúde Pública, o Comandante dos Bombeiros Voluntários e alguém da Protecção Civil Municipal. Tinham visitado um conjunto de equipamentos para a terceira idade existentes no concelho, para verificarem as condições em que funcionavam os mesmos, tendo em vista efetuar testes COVID aos funcionários, e também a verificação da situação dos utentes desses espaços. Quanto ao Projeto Maria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu à Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo, que acompanhava o projeto, que fizesse o enquadramento e a explicação do mesmo.-----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo, informou que o Projeto Maria era um projeto a nível intermunicipal, composto por uma equipa multidisciplinar, no caso de Constância, era composto por três técnicos Superiores da Câmara Municipal, Maria João Ferreira, Alexandra Rodrigues e Mikael Dias. Tinham reuniões sempre que era necessário, até para avaliar o grau de necessidade de formação. No momento presente não tinham nenhum caso sinalizado, pelo que não tinham feito nenhuma intervenção direta no âmbito do projeto. As últimas informações que tinha tido previam para breve ações de formação, por forma a capacitar os técnicos a poderem agarrar melhor o projeto e divulga-lo da melhor forma em caso de necessidade.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU) para referir que no âmbito da Protecção Civil, era visível o trabalho feito quer no esclarecimento aos munícipes no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, quer no levantamento das zonas de depósito de resíduos em espaço florestal com acompanhamento dos proprietários, assim como, na atualização dos dados referentes ao apoio logístico do concelho para os dispositivos especiais no combate a incêndios. Existia preocupação a este nível e trabalho feito mas, a sua questão era muito objetiva; queria perceber o ponto de situação no respeitante a terrenos particulares que não estavam limpos.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) referindo que no documento vinha uma reunião com o Dr. Mariano e com o Senhor Rui Silvério sobre a suinicultura existente em Montalvo. Pretendia saber o teor da reunião. Pretendia também

saber, o ponto de situação do acidente profissional com o Senhor César Mergulhão, e porque é que a Câmara estava a assumir os custos. No documento vinha uma informação sobre o PIAAC (Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas), questionando se o município de Constância não tinha apresentado nenhuma candidatura, como tinha feito o município de Abrantes, para as ligações pedonais, sombreados em lonas, substituição de água para consumo de regas para os espaços urbanos através de captação de águas subterrâneas, implementação de sistema de rega inteligente nos espaços verdes envolventes ao complexo desportivo, impermeabilização de charcas, etc.,- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU) referindo que a Câmara Municipal tinha notificado os proprietários para limparem os terrenos. Não era uma tarefa fácil. Nem todos os notificados tinham procedido à limpeza dos terrenos, a Câmara teve que intervir em dois casos, substituindo-se aos proprietários. O Governo Central tinha que tomar medidas mais duras. Muitos proprietários no concelho, se a Câmara não os notificasse, não limpavam e, muitas vezes eram os vizinhos que alertavam a Câmara. Apesar de terem um cadastro dos terrenos do concelho, existiam muitos terrenos na posse de netos e bisnetos, difíceis de contactar. Era um trabalho contínuo que a Câmara desenvolvia em prol da segurança de todos.-----

Relativamente às questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha colocado, tinha havido uma reunião com o Dr. Nuno Mariano e com o Senhor Rui Silvério, no sentido de chegarem a um entendimento. O Senhor Rui Silvério queixava-se dos maus cheiros quando os ventos sopravam de um determinado quadrante, e já lhe tinha ligado várias vezes ou enviado um conjunto de e-mails, a dizer que não aguentava os cheiros. A Câmara Municipal tinha reportado a situação às entidades competentes, que tinham lá ido. O Dr. Nuno Mariano tinha tudo conforme a legislação exigia e tinha entendido que a solução poderia passar por juntar os dois na Câmara Municipal para um entendimento. A reunião tinha decorrido de forma cordial e tinham saído com a situação mais apaziguada. Quanto ao PIAAC, já tinha dito na última Assembleia Municipal que tinham concorrido a um aviso para a substituição de dois veículos por viaturas elétricas. Aguardavam, uma vez que a candidatura ainda não estava aprovada, porque o Senhor Secretário de Estado do Tesouro ainda não tinha assinado a Portaria de extensão de encargos, porque tinha encargos plurianuais. No âmbito da Proteção Civil, tinham concorrido a um aviso através da Comunidade Intermunicipal para a aquisição de um

conjunto de equipamentos, nomeadamente destroçadores e outros equipamentos importantes para a gestão ambiental e da floresta.-----

Não havendo mais intervenções neste ponto da Ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.-----

PONTO 8 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU) apenas para deixar boa nota de que finalmente a Freguesia de Santa Margarida da Coutada, já dispunha de recolha de ecopontos porta a porta. Estava satisfeito por a Resitejo já considerar Santa Margarida como parte integrante do concelho de Constância. Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, pretendia perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha uma resposta à questão que tinha colocado na última Assembleia por videoconferência que se prendia com a Estrada Militar, nomeadamente na zona que estava sinalizada com perigo de derrocada e não intervencionada.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) para questionar qual o valor pago atualmente por tonelada de lixo à Resitejo porque, tinha ficado muito preocupado, quando há umas semanas tinha visto o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Chamusca e simultaneamente Presidente da Associação Resitejo, a dizer que temia que os valores pagos por tonelada fossem aumentar substancialmente e que, alguns Presidentes de Câmara não estavam de acordo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU) dizendo que se tinha tratado de um comentário sobre o qual todos estavam agradados. O concelho de Constância era o primeiro concelho que tinha o projeto a cem por cento no seu território. Quanto à questão que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU) tinha colocado, não lhe tinha enviado logo a resposta por escrito, porque necessitou de falar com o Senhor Comandante da Brigada Mecanizada, sobre o assunto. A resposta que tinha tido era que, a intervenção se resumia áquilo que estava feito e, baseada em estudos da Engenharia Militar.-----

Relativamente à questão que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha colocado, disse não ter presente o valor exato pago por tonelada de lixo na Resitejo, andaria nos quarenta e tal euros. Existia um estudo económico ou financeiro que previa o aumento do preço por tonelada, mas nada estava fechado porque existia um conjunto de

Presidentes de Câmara, a maioria, que não concordavam com o aumento. O estudo continuava, e quando houvesse alguma definição daria dela conhecimento à Assembleia Municipal.-----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para apresentar duas questões: a primeira em relação à estrada militar, se já havia uma data prevista para o início das obras. A segunda, para deixar um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pela informação que lhe tinha transmitido antes da assinatura com a Altice para a implantação da torre de comunicações e, relativamente ao parecer do Polígono Militar de Tancos, se já tinha alguma informação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, começando pela questão da Estrada Militar, já tinha referido que os documentos de reabilitação tinham sido recebidos na Câmara Municipal e, a garantia bancária também, pelo que, contavam na próxima semana assinar o contrato. No máximo dentro de duas ou três semanas as obras teriam o seu início. Quanto ao contrato celebrado com a Meo, era um contrato de arrendamento de um espaço com cinquenta metros quadrados (50m²), abaixo do Parque Ambiental, tendo em vista a instalação de uma torre para a melhoria da cobertura da rede móvel na Freguesia. Assim, mais um problema ficaria resolvido. O processo de licenciamento já tinha sido instruído junto da Câmara, faltava agora o parecer do Polígono Militar de Tancos, porque a localização da torre estava dentro da servidão militar de Tancos. Depois desse parecer, sendo positivo, poderiam avançar com as obras. Tanto a Câmara como a Altice pretendiam dar início às obras até final do ano. Com a rede móvel resolvida, a fibra óptica resolvida e o baixo preço dos lotes em Malpique na Rua da Fé, neste momento entre lotes vendidos, adjudicados e propostas para abrir na primeira quarta-feira do próximo mês, sete famílias pretendiam vir a fixar-se em Santa Margarida. Em dez anos não se tinha vendido um único lote. Era um sinal positivo para todos, especialmente para a freguesia de Santa Margarida da Coutada conseguir inverter o seu declínio. Estas medidas não tinham sido fáceis de concretizar porque as operadoras tinham uma forma empresarial de funcionar. Informou que no próximo dia dois de Julho ira decorrer uma cerimónia simples e muito reservada em Santa Margarida a pedido da Altice para finalizar a chegada da fibra óptica a Santa Margarida e, para revelar o valor do investimento que a Altice tinha feito na infraestruturação de Santa Margarida.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida de Oliveira Varino (CDU) para questionar se a Estrada Militar iria ser encerrada ou condicionada durante as obras. Também pretendia saber quais os benefícios para a Câmara Municipal com a colocação dos ecopontos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a obra da Estrada Militar, não implicaria o fecho da via, podendo apenas encerrar uma das faixas e proceder-se ao trânsito alternado. Relativamente aos ecopontos porta a porta, o município não recebia nada por esta medida. Como o município estava integrado na Resitejo, quanto mais resíduos seletivos fossem recolhidos, mais aumentariam as receitas da Resitejo, o que faria com que a longo prazo, a tarifa na fatura da água sobre os resíduos sólidos urbanos pudesse reduzir.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha mais alguma informação a dar, relativamente ao facto de esta semana ter sido publicado em Diário da República a lista das escolas que iriam ser intervencionadas para remoção do amianto e, se nessa lista estava incluída a nossa escola de Constância.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que Constância já tinha saído dessa listagem. A Divisão de Serviços Técnicos tinha reportado em tempo oportuno que as nossas escolas não tinham amianto, pelo que, tinha sido um erro de quem tinha lançado o aviso em Diário da República. O Senhor Secretário de Estado tinha-lhe ligado a dizer que Constância estava na lista, ao qual tinha respondido que Constância não tinha escolas com amianto.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro José Lopes Pereira (PS) para apresentar três questões: a primeira tinha a ver com as barreiras sonoras na A23, junta à urbanização da Capareira. Estavam no orçamento para o primeiro trimestre de dois mil e vinte, estava a terminar o primeiro semestre e nada tinha sido feito. A Câmara Municipal deveria voltar a pressionar. A outra questão tinha a ver com a legislação que proibia a pesca nos rios como atividade lúdica/recreativa mesmo com licença para pescar. Uma pessoa com um barco e uma rede podia pescar e apanhar um saco de peixe, uma outra com uma simples cana não o poderia fazer. Era injusto e a Câmara Municipal deveria expor esta situação a quem de direito. Por último, questionou se a Câmara Municipal iria ou não adquirir cinzeiros iguais e uniformes para serem distribuídos pelos estabelecimentos da Vila.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Senhor Deputado Municipal Pedro José Lopes Pereira (PS) que a Câmara iria insistir na questão das barreiras sonoras. Relativamente à proibição da pesca, a última informação que tinha e que já tinha ido a uma reunião de Câmara ou Assembleia Municipal, não podia precisar, em que alguém tinha questionado o assunto e a resposta tinha sido que, o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas) tinha por lapso publicado em portaria essa proibição. Tinham dito que iriam alterar mas, até ao momento, nada tinha sido alterado. Relativamente à questão dos cinzeiros, disse estarem a trabalhar no assunto, num levantamento de propostas para a questão dos cinzeiros no espaço público e, ao mesmo tempo, adquirirem contentores específicos, para as pessoas colocarem os dejetos dos animais. Pensavam nos próximos meses apetrechar a Vila com esses equipamentos.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos.-----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e dois minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

Luís L. F. Lopes

Maria Tereza Botas de Deus

Carla Silveira

Anexo I

Recomendação

Apoios no âmbito do COVID 19

Após termos recebido em nossas casas a mensagem do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as medidas tomadas *“com vista à proteção/apoio dos trabalhadores, dos municípios, das empresas e das famílias”* vêm os eleitos da CDU tecer os seguintes comentários:

- a) Perante a pandemia que nos afecta, e que não sabemos quando irá terminar, foi e é importante que o município, à semelhança de todos os outros do País, tenha apoiado a sua população particularmente através da redução de tarifas de água, resíduos e saneamento, apoio psicológico, isenção de rendas comerciais, apoio a IPSS e Bombeiros, entre outras medidas tomadas.
- b) É verdade que, felizmente muitos não viram, pelo menos até à data, os seus rendimentos reduzidos tendo tal como todos os outros beneficiando das medidas implementadas.
- c) As medidas tomadas, globalmente positivas, não deixam de configurar discriminações negativas quando se isenta de igual forma empresas com sede social noutros Concelhos e Países, sem darem o seu contributo no nosso território, mas simultaneamente beneficiando dos impostos pagos por aqueles que cá vivem.

Não sabendo nós quando e como vai acabar esta pandemia e as suas consequências, aparentemente graves, não apenas na saúde mas também na economia, os eleitos da CDU recomendam ao executivo municipal o seguinte:

- a) Manter e reforçar o apoio às IPSS e Bombeiros Voluntários.
- b) Apoiar significativamente as Associações e Coletividades do Concelho em que parte delas se encontram em rotura financeira, sem possibilidades de realização de actividades com vista à angariação de fundos, e que até à data, para além da redução das tarifas não tiveram qualquer outro apoio.
- c) Manter a isenção das tarifas fixas de água, resíduos e saneamento para IPSS, todo o comércio local, restauração e hotelaria.
- d) Redução de 50% das rendas dos estabelecimentos comerciais e hoteleiros que funcionam em espaços da Câmara Municipal devido à grande redução de movimento e receitas mantendo a isenção de 100% para aqueles que continuarem encerrados.

- e) Manutenção da isenção das tarifas fixas da água, resíduos e saneamento, a todos os agregados familiares que comprovadamente tiverem uma redução de rendimentos igual ou superior a 25%.

Com o objectivo de dar esperança e alento a todos os beneficiários das medidas em causa propomos que as mesmas tenham uma duração temporal até que a situação que atravessamos esteja próxima da normalidade possível, nomeadamente a realização de eventos públicos sem qualquer restrição.

Os eleitos da CDU

Constância, 26 de Junho de 2020”

Anexo II

Declaração de Voto

Prestação de Contas relativa ao ano de 2019

Após análise dos Documentos de Prestação de Contas verifica-se que houve preocupação em apresentar o relatório de Gestão de forma clara e objectiva que torna fácil a sua leitura e compreensão, constatando-se a sua evolução para melhor ao longo dos anos. É de lamentar a difícil leitura (quase impossível) dos quadros relativos aos centros de custos.

É de registar como positivo o respeito pelas regras legais através do pagamento de 98,57% da despesa facturada, a existência de equilíbrio orçamental, a continuidade da regularização do imobilizado e o teor do parecer do Revisor Oficial de Contas que nos indica a existência de condições para que os documentos sejam aprovados.

Como aspectos negativos salienta-se a insuficiência expressão física na concretização dos objectivos estratégicos definidos, a saber:

- No objectivo construir um Concelho com mais empresas e com isto mais emprego verificou-se 0% de investimento.
- Quanto ao turismo, 2019, foi o ano em que o município relegou para plano secundário este objectivo estratégico através da deslocalização do Posto de Turismo para o edifício da antiga prisão sem quaisquer condições de trabalho e de recepção a visitantes e sem condições de acesso a pessoas com mobilidade reduzida e por essa razão à revelia dos diplomas legais vigentes. Para além do mencionado verifica-se taxas de execução de 0% nas rubricas referentes à projecção e afirmação cultural e turística do concelho no exterior.
- Ausência de acções concertadas de promoção, valorização e divulgação do Património cultural, natural e científico existente no concelho.
- Diminuta verba (1941.21€) alocada à aquisição de equipamento básico para a Biblioteca.
- No Plano Educativo a falta de avaliação sobre o impacto do sucesso educativo dos alunos resultante do investimento proveniente de financiamento europeu e a aprovação do Plano Estratégico Educativo com incorreções, sem que até hoje, passado um ano, não nos tivesse sido remetido, conforme prometido, a sua versão revista, é revelador da falta de sensibilidade do executivo para a problemática educativa.
- A lentidão confrangedora com que se desenvolvem as obras do Cine-Teatro Municipal.
- Na área da saúde o Gabinete de Saúde Oral, em que o Senhor Presidente se desdobrou em várias entrevistas, anunciando que o concelho iria ter um dentista no Centro de Saúde, não se vê qualquer investimento.

- O Campo de Futebol Municipal teve um investimento de 8331.00€ na rega mas esta ainda não funciona. Foi perdido um subsídio do IPDJ de 15.000€ devido à Câmara não ter tratado dos processos necessários à construção de novos balneários.

- As despesas com pessoal, conforme é referido na Pág. 57, *“reforçaram de forma expressiva a sua importância”* representando agora mais de 52% da despesa corrente. Nunca tinha acontecido. Salienta-se ainda o facto de com mais 24 trabalhadores que em 2018 as horas extraordinárias terem um acréscimo de mais de 8.000€, ultrapassando a barreira dos 39.000€. E a diferença da massa salarial do ano de 2017 para 2019 é de 678.340€ ou seja um aumento de 35%.

- A Rede de Saneamento da Pereira foi e é uma triste novela que deve preocupar em muito o executivo. Deixar perder um financiamento de mais de 204.000.00€ por não ter tratado atempadamente dos procedimentos é altamente censurável. Acusar os proprietários desse facto por não terem os terrenos legalizados e argumentar agora, depois da verba perdida, que existem outras soluções é no mínimo muito pouco honesto. Tem agora ainda o Município de devolver 14535.00€ de financiamento já recebido. É uma verdadeira vergonha.

- Nos abates ao exercício pág. 80 do Volume II, lá encontramos o abate da viatura de carga matrícula 70-80-AM, que tanta falta ainda faz, o motociclo Suzuki e a varredoura Ravo.

Terminamos mas queremos esclarecer todos os presentes e particularmente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de que o abate da dívida de 500.000€ que é referido na “Nota Prévia” e que tem sido divulgado na Comunicação Social, apenas 375.000€ correspondem a empréstimos de longo prazo negociados por antigos executivos, então se aquele é o valor real a diferença de 143.000€ são dívidas do presente executivo.

Exigimos por isso ao Senhor Presidente o rigor, a transparência e até seriedade necessários ao desempenho do cargo de Presidente de Câmara visto que não é necessário tentar denegrir os anteriores na tentativa de se enaltecer.

Para melhor esclarecimento informo que o valor dos empréstimos, conforme descrito na pág. 94 foram utilizados em Habitação Social, Rede de Esgotos, Cemitério da Aldeia, PASM, CCV, Parque Desportivo, Centros Escolares, entre muitos outros melhoramentos realizados ao longo dos anos no Concelho.

Pelas razões invocadas e atendendo à apresentação e rigor técnico dos documentos os eleitos da CDU optam pelo voto de abstenção.

Os eleitos da CDU

Constância, 26 de Junho de 2020